

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	33
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	986.060
Preferenciais	1.878.384
Total	2.864.444
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	792.529	759.786	771.968
1.01	Ativo Circulante	5.489	1.230	3.729
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.471	168	388
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.018	1.062	3.341
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.018	1.062	3.341
1.02	Ativo Não Circulante	787.040	758.556	768.239
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.544	44.147	49.714
1.02.01.03	Contas a Receber	3.056	4.946	4.086
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.671	1.719	2.585
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.671	1.719	2.585
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.674	16.439	25.721
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	22.143	21.043	17.322
1.02.01.09.03	Depósitos para Recursos e Outros	12.307	12.299	12.292
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar e Antecipados	9.836	8.744	5.030
1.02.02	Investimentos	747.496	714.409	718.477
1.02.03	Imobilizado	0	0	48
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	0	48

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	792.529	759.786	771.968
2.01	Passivo Circulante	2.868	3.972	2.317
2.01.03	Obrigações Fiscais	246	1.518	112
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	246	1.518	112
2.01.05	Outras Obrigações	2.622	2.454	2.205
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	669	550	421
2.01.05.02	Outros	1.953	1.904	1.784
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	769	720	592
2.01.05.02.04	Outros Débitos	1.184	1.184	1.192
2.02	Passivo Não Circulante	4.605	4.605	4.605
2.02.04	Provisões	4.605	4.605	4.605
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.605	4.605	4.605
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.601	4.601	4.601
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4	4	4
2.03	Patrimônio Líquido	785.056	751.209	765.046
2.03.01	Capital Social Realizado	577.400	577.400	577.400
2.03.04	Reservas de Lucros	254.555	198.765	204.160
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	254.555	198.765	204.160
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-46.899	-24.956	-16.514

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	162.869	272.473	155.267
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-867	-178	-748
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-85	-2.775	-3.367
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	163.821	275.426	159.382
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	162.869	272.473	155.267
3.06	Resultado Financeiro	2.313	5.467	7.370
3.06.01	Receitas Financeiras	2.819	6.207	7.975
3.06.02	Despesas Financeiras	-506	-740	-605
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	165.182	277.940	162.637
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-588	-10.853	-1.229
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	164.594	267.087	161.408
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	164.594	267.087	161.408
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	164.594	267.087	161.408
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-21.943	-8.442	54.062
4.02.01	Ajuste de Conversão Reflexo de Coligada	11.549	-2.023	-42.227
4.02.02	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Coligada	-33.492	-6.419	96.289
4.03	Resultado Abrangente do Período	142.651	258.645	215.470

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.303	-220	119
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.361	2.562	3.300
6.01.01.01	Lucro líquido antes do imposto do IR e CS	165.182	277.940	162.637
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-163.821	-275.426	-159.382
6.01.01.03	Depreciação	0	22	45
6.01.01.04	Baixa de imobilizado	0	26	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.754	5.795	-1.919
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-1.048	-1.435	-6.180
6.01.02.02	Demais ativos	1.882	-867	0
6.01.02.03	Partes relacionadas	3.884	9.411	59.173
6.01.02.04	Dividendos recebidos	108.791	271.052	185.684
6.01.02.05	Dividendos pagos	-108.755	-272.354	-244.956
6.01.02.06	Impostos e contribuições	0	-4	4.369
6.01.02.07	Demais Passivos	0	-8	-9
6.01.03	Outros	-1.812	-8.577	-1.262
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-1.812	-8.577	-1.262
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.303	-220	119
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	168	388	269
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.471	168	388

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	577.400	0	198.765	0	-24.956	751.209
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	577.400	0	198.765	0	-24.956	751.209
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-69.459	-39.345	0	-108.804
5.04.06	Dividendos	0	0	-69.459	-39.345	0	-108.804
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.594	-21.943	142.651
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	164.594	0	164.594
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.943	-21.943
5.05.02.06	Ajuste de Conversão Reflexo da Coligada	0	0	0	0	11.549	0
5.05.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial da Coligada	0	0	0	0	-33.492	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	125.249	-125.249	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	8.230	-8.230	0	0
5.06.05	Reserva de lucro	0	0	117.019	-117.019	0	0
5.07	Saldos Finais	577.400	0	254.555	0	-46.899	785.056

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	577.400	0	204.160	0	-16.514	765.046
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	577.400	0	204.160	0	-16.514	765.046
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-125.973	-146.509	0	-272.482
5.04.06	Dividendos	0	0	-125.973	-146.509	0	-272.482
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	267.087	-8.442	258.645
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	267.087	0	267.087
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.442	-8.442
5.05.02.06	Ajuste de Conversão Reflexo da Coligada	0	0	0	0	-2.023	-2.023
5.05.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial da Coligada	0	0	0	0	-6.419	-6.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	120.578	-120.578	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	13.354	-13.354	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	107.224	-107.224	0	0
5.07	Saldos Finais	577.400	0	198.765	0	-24.956	751.209

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	577.400	0	287.795	0	-70.576	794.619
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	577.400	0	287.795	0	-70.576	794.619
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-191.721	-53.322	0	-245.043
5.04.06	Dividendos	0	0	-191.721	-23.945	0	-215.666
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-29.377	0	-29.377
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.408	54.062	215.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.408	0	161.408
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	54.062	54.062
5.05.02.06	Ajuste de Conversão Reflexo da Coligada	0	0	0	0	-42.227	-42.227
5.05.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial da Coligada	0	0	0	0	96.289	96.289
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	108.086	-108.086	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.070	-8.070	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	100.016	-100.016	0	0
5.07	Saldos Finais	577.400	0	204.160	0	-16.514	765.046

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	25	0	0
7.01.02	Outras Receitas	25	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-867	-933	-748
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-867	-933	-748
7.03	Valor Adicionado Bruto	-842	-933	-748
7.04	Retenções	0	-26	-756
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-22	-45
7.04.02	Outras	0	-4	-711
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-842	-959	-1.504
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	166.640	281.633	167.357
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	163.821	275.426	159.382
7.06.02	Receitas Financeiras	2.819	6.207	7.975
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	165.798	280.674	165.853
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	165.798	280.674	165.853
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	698	12.847	3.840
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	506	740	605
7.08.03.03	Outras	506	740	605
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	164.594	267.087	161.408
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	29.377
7.08.04.02	Dividendos	39.345	146.509	23.945
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	125.249	120.578	108.086

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasmotor S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

Mercado Interno

O ano de 2011 foi marcado pelo desaquecimento da atividade econômica brasileira. O crescimento do PIB em 2011 foi estimado pelo governo em 3,5%, enquanto o mercado acreditava em 2,8%. A desaceleração, já esperada em decorrência das políticas monetárias e fiscais mais restritivas implementadas no final de 2010, se mostrou ainda mais forte devido ao desaquecimento da indústria e do desfavorável contexto mundial pós-crise de 2008 aprofundado pela crise europeia. Com o desaquecimento da economia no terceiro trimestre, o governo lançou um pacote de medidas de estímulo à economia, incluindo isenções fiscais e, de forma coordenada, o BC promoveu o afrouxamento monetário, com o objetivo de elevar o crescimento do PIB para o nível mínimo de 3%. A inflação medida pelo IPCA em 2011 foi de 6,5%, continuando acima do teto de 6%. O mercado interno representou a maior alavanca de crescimento da economia graças à contínua expansão na disponibilidade de crédito e ao aumento na renda real do trabalhador, especialmente da classe C.

A conjuntura macroeconômica em 2012 continua incerta. Segundo analistas de mercado, a previsão de crescimento anual do PIB é de 3,2%, abaixo da projeção do governo de 5%. O desafio de conter o avanço da inflação ficará ainda maior com o afrouxamento monetário (a previsão da taxa Selic é de 9,5% para o final de 2012) e o aumento de 14% no salário mínimo. Finalmente, medidas adicionais do governo, como outras isenções fiscais e/ou maior desembolso via BNDES, não devem ser descartadas como uma tentativa para mitigar os efeitos de um cenário internacional ainda adverso em 2012.

Mercado externo

Os efeitos pós-crise mundial de 2008 foram agravados pela crise da Zona do Euro em 2011. As atividades mais dependentes do mercado internacional e das expectativas quanto ao panorama econômico global e à evolução do crédito foram as mais impactadas. No entanto, a economia encerra 2011 com sinais de força, e mesmo em um ambiente externo adverso, mantém crescimento moderado.

Nos países emergentes, o ano de 2011 começou marcado pelo combate a inflação, mas se encerrou com o desafio de sustentar o bom ritmo de crescimento diante de um cenário de forte desaceleração mundial.

Dentre os impactos do cenário externo destacaram-se a depreciação do real em relação ao dólar que fechou 2011 em R\$1,88/US\$.

Relatório da Administração

2. RESULTADOS

Lucro Líquido e Dividendos

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 alcançou R\$165 milhões (R\$267 milhões em 2010), equivalente a R\$0,05 por ação (R\$0,09 em 2010).

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de dezembro de 2011, conforme disposição estatutária, foi autorizado o pagamento de dividendos, relativos aos lucros disponíveis em Reservas de Lucros, conforme balanço levantado em 30 de junho de 2011, no montante de R\$109 milhões.

3. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

A auditoria das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S..

No exercício de 2011, a Brasmotor S.A. e empresas coligadas utilizaram serviços prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a nossos parceiros – acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros – que, por mais um ano, colaboram para o desempenho da Companhia e que nos ajudaram a, cada vez mais, superar as dificuldades impostas pelo mercado, em busca da lealdade de nossos consumidores.

A Administração

Fevereiro de 2012

1. Contexto operacional

A Brasmotor S.A. (doravante denominada Companhia ou Brasmotor) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa (sob códigos de negociação BMT03 e BMT04).

A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras empresas.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 16 de fevereiro de 2012.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Brasmotor S.A. foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação, utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações para efeito de IFRS: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

Em relação aos pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada, que passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Os pronunciamentos acima serão adotados também pelo CPC, e a Companhia espera que a adoção dos mesmos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

2.1 Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. A Administração da Companhia e de sua principal coligada é a mesma.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Não existem ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as coligadas.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas coligadas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante nas demonstrações dos resultados.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos caso exista um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos estejam relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.4 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Ações ordinárias e preferências, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia, somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento as normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Pela análise e julgamento efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução para recuperação de ativos.

2.7 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia classifica caixa e equivalentes de caixa e outros ativos nessa categoria.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- b) *Investimentos mantidos até o vencimento*: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria.
- c) *Empréstimos (concedidos) e recebíveis*: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia classifica os mútuos com partes relacionadas e outros créditos nessa categoria.
- d) *Disponíveis para venda*: ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.7a. a 2.7c. acima, sendo que na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia não possui itens classificados nessa categoria.
- b) *Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:* passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia classifica os mútuos com partes relacionadas e outros débitos nessa categoria.

2.8 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos--Continuação

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões--Continuação

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Notas Explicativas

3. Participações em sociedades coligadas

3.1 Movimentação dos investimentos

	Whirlpool S.A.	Outros	2011	2010
			Total	Total
No início do exercício	710.549	3.860	714.409	718.477
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	(21.950)	7	(21.943)	(8.442)
Equivalência patrimonial	163.655	166	163.821	275.426
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos e propostos	(108.791)	-	(108.791)	(271.052)
No fim do exercício	743.463	4.033	747.496	714.409

3.2 Nossa participação

Quantidade de ações possuídas e participação no capital social da Whirlpool S.A.:

Participação		Whirlpool S.A. em 31.12.2011							
Quantidade de Ações		No capital (%)					Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro líquido do período
Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Ativo	Passivo				
454.958.734	212.116.767	44,39	44,23	4.762.904	(3.064.940)	(1.715.964)	7.679.299	368.678	

4. Partes relacionadas

A Brasmotor S.A. é controlada pela Whirlpool do Brasil Ltda., a qual participa em seu capital em 77,85%. Indiretamente, a Brasmotor S.A tem como sua investidora, a Whirlpool Corporation, com sede nos Estados Unidos da América.

A Companhia mantém operações de mútuo e conta corrente com sua coligada Whirlpool S.A. sem vencimento determinado. Os mútuos entre as companhias foram firmados com a finalidade de financiar o capital de giro necessário à manutenção de suas operações. O grupo adota, para estas operações, taxas de juros praticadas no mercado de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

Notas Explicativas

4. Partes relacionadas--Continuação

Para as referidas transações não existem garantias e nem provisão para liquidação de créditos duvidosos.

<u>Mútuo</u>		<u>Ativo não circulante</u>	
<u>Coligada</u>	<u>Taxa</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Whirlpool S.A.	100% CDI	12.674	16.439

<u>Conta corrente</u>		<u>Passivo Circulante</u>	
<u>Coligada</u>		<u>2011</u>	<u>2010</u>
Whirlpool S.A.		669	550

<u>Receita de juros</u>		<u>Receita financeira</u>	
		<u>2011</u>	<u>2010</u>
Whirlpool S.A.		1.667	2.301

Por não haver funcionários ou pessoal-chave registrados na Companhia, não há divulgação da respectiva remuneração, conforme requerido pelo CPC 05. Os Diretores e Conselheiros são remunerados pela coligada Whirlpool S.A., logo, não há remuneração especificamente na Brasmotor S.A..

5. Outros ativos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos a receber – Imóveis (i)	-	2.000
Adiantamentos (ii)	2.071	2.071
Outras contas a receber	985	875
	<u>3.056</u>	<u>4.946</u>

(i) Refere-se à venda de imóvel efetuada em dezembro de 2005, cuja realização ocorreu no exercício de 2011.

(ii) Refere-se à conta de *holdback* sobre operação de venda de investimento, realizada em novembro de 2005.

Notas Explicativas

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis	<u>296</u>	296
	<u>296</u>	<u>296</u>
Contribuição social diferida ativa sobre:		
Bases negativas	<u>1.268</u>	1.316
Provisões temporariamente não dedutíveis	<u>107</u>	107
	<u>1.375</u>	<u>1.423</u>
Total de impostos e contribuições diferidas	<u>1.671</u>	1.719

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	<u>(416)</u>	(7.950)
Imposto de renda ajuste exercício anterior	<u>(13)</u>	(21)
Imposto de renda	<u>(429)</u>	<u>(7.971)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	<u>(111)</u>	(2.010)
Contribuição Social ajuste exercício anterior	<u>-</u>	(6)
Contribuição social diferida	<u>(48)</u>	(866)
Contribuição social	<u>(159)</u>	<u>(2.882)</u>

A realização do crédito tributário se dará por meio de geração de lucros tributáveis futuros que ocorrerão quando do recebimento de juros sobre capital próprio da coligada Whirlpool S.A., oriundos de distribuição mínima obrigatória de lucros de exercícios futuros. O prazo previsto para a realização integral destes créditos tributários é de aproximadamente 4 anos.

Notas Explicativas

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

A conciliação dos tributos lançados ao resultado do exercício da Companhia é como segue:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado contábil antes dos	165.182	165.182	277.940	277.940
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(163.821)	(163.821)	(275.426)	(275.426)
Outras	355	401	29.370	29.509
Base de cálculo	1.716	1.762	31.884	32.023
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Sub total	(429)	(159)	(7.971)	(2.882)

7. Impostos a recuperar

	2011	2010
IRPJ antecipado	702	-
Contribuição social antecipada	65	-
PIS a compensar	9.836	8.744
IRRF a compensar	251	1.062
	<u>10.854</u>	<u>9.806</u>
Ativo circulante	1.018	1.062
Ativo não circulante	9.836	8.744

A realização dos impostos a recuperar se dará através de pedidos de compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar e demais tributos de natureza federal. O saldo remanescente realizar-se-á no prazo de até 2 anos.

8. Outros passivos

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social (i)	176	176
Provisão despesa com imóvel (ii)	701	701
Honorários advocatícios (ii)	307	307
	<u>1.184</u>	<u>1.184</u>

- (i) O valor devido a título de imposto de renda e contribuição social será quitado através de compensação com ativos recolhidos antecipadamente de natureza federal.
- (ii) Referem-se a despesas para liquidação de processo de venda com imóvel, citado na Nota 5.

Notas Explicativas

9. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Suportada por este processo de avaliação, a Administração, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:	2011	2010
Trabalhista	4	4
Tributária	4.601	4.601
Total	4.605	4.605

Não houve movimentação nas provisões nos exercícios.

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante:

Depósitos judiciais	2011	2010
Trabalhista	572	564
Tributário	11.735	11.735
	12.307	12.299

- Em 1994, a Brasmotor S.A. interpôs uma ação judicial (Mandado de Segurança) pleiteando o reconhecimento do expurgo do Plano Verão (fevereiro de 1989), na base de cálculo do IR e da CSLL.

O pleito na ação é o reconhecimento do referido expurgo inflacionário na alíquota de 70,28% para o mês de fevereiro de 1989, sendo que foi reconhecido o direito, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no percentual de 42,72%. O referido entendimento foi mantido pelo STJ, que negou provimento a recurso da União.

Paralelamente a essa ação, foi interposta uma Medida Cautelar Incidental ao Mandado de Segurança para o depósito das quantias em discussão, o que foi feito em 29 de dezembro de 1994 nos valores de R\$2.424 e R\$2.601 a título de IR e CSLL, respectivamente, valores esses que correspondem ao efeito do expurgo na alíquota de 70,28%. Tais valores foram inicialmente provisionados pela Companhia e parcialmente revertidos em 2004 com relação aos valores incontroversos (diferença para o percentual de 42,72% já ganho), portanto, encontra-se provisionado um residual de R\$4.601, conforme demonstrado no quadro acima, para o qual existe depósito judicial equivalente.

Notas Explicativas

9. Provisão para demandas judiciais e administrativas--Continuação

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui demandas judiciais tributárias em andamento, cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$8.246.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 2.864.444.110 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 986.060.042 em ações ordinárias e 1.878.384.068 em ações preferenciais.

Do montante do capital social, R\$102.489 são de acionistas residentes no exterior.

b) Reservas de lucros

- i) *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii) *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, atender ao plano de investimentos da Companhia e ao reforço do capital circulante.

c) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão

Refere-se aos efeitos reflexos sobre os ajustes de outros resultados abrangentes contidos no patrimônio líquido da coligada Whirlpool S.A..

d) Dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. A partir de 1997, são destinados às ações preferenciais, dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de dezembro de 2011, ficou aprovada a distribuição de dividendos intermediários, para todas as ações integrantes do capital social atual (beneficiando os acionistas que se encontravam inscritos nos registros da Companhia em 05 de dezembro de 2011, correspondente a 2.864.444.110 ações), da seguinte forma:

Notas Explicativas

10. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

1. (a) R\$ 0,03565 por ação, para todas as ações ordinárias; e (b) R\$ 0,03921 por ação, para todas as ações preferenciais, relativos aos lucros apurados no balanço levantado em 30 de junho de 2011;

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	164.594	267.087
Constituição da reserva legal (5%)	(8.230)	(13.354)
Lucro líquido ajustado	156.364	253.733
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	39.091	63.433
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias (R\$)	12.710	47.331
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais (R\$)	26.635	99.178
	39.345	146.509
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	986.060.042	986.060.042
Ações preferenciais	1.878.384.068	1.878.384.068
	2.864.444.110	2.864.444.110
Dividendos distribuídos por ação (em reais)		
Ações ordinárias	0,01289	0,0480
Ações preferenciais	0,01418	0,0528

A movimentação dos dividendos é como segue:

Saldos em 1º de janeiro de 2010	592
(+) Distribuição de dividendos do exercício	146.509
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	125.973
(-) Pagamentos	(272.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	720
(+) Distribuição de dividendos do exercício	39.345
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	69.459
(-) Pagamentos	(108.755)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	769

Notas Explicativas

10. Patrimônio líquido--Continuação

e) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria. Em 2011 e 2010 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	164.594	267.087
Quantidade de ações (em milhares)	2.864.444	2.864.444
Lucro básico por ação	<u>0,0575</u>	<u>0,0932</u>

11. Receitas financeiras

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Atualização monetária de impostos	1.152	3.906
Receitas de juros	1.667	2.301
	<u>2.819</u>	<u>6.207</u>

12. Relacionamento com auditores independentes

A auditoria das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S..

No exercício de 2011, a Brasmotor S.A. e empresas coligadas utilizaram serviços prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2011, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, ERNST & YOUNG Terco Auditores Independentes S.S.. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2011.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

Diretores:

Jose Aurelio Drummond Junior
Enrico Zito
Carlos Henrique Pinto Haddad
Sidnei Lopes Sanches

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2011, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, ERNST & YOUNG Terco Auditores Independentes S.S.. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2011.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

Diretores:

Jose Aurelio Drummond Junior
Enrico Zito
Carlos Henrique Pinto Haddad
Sidnei Lopes Sanches